



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Fevereiro de 2023

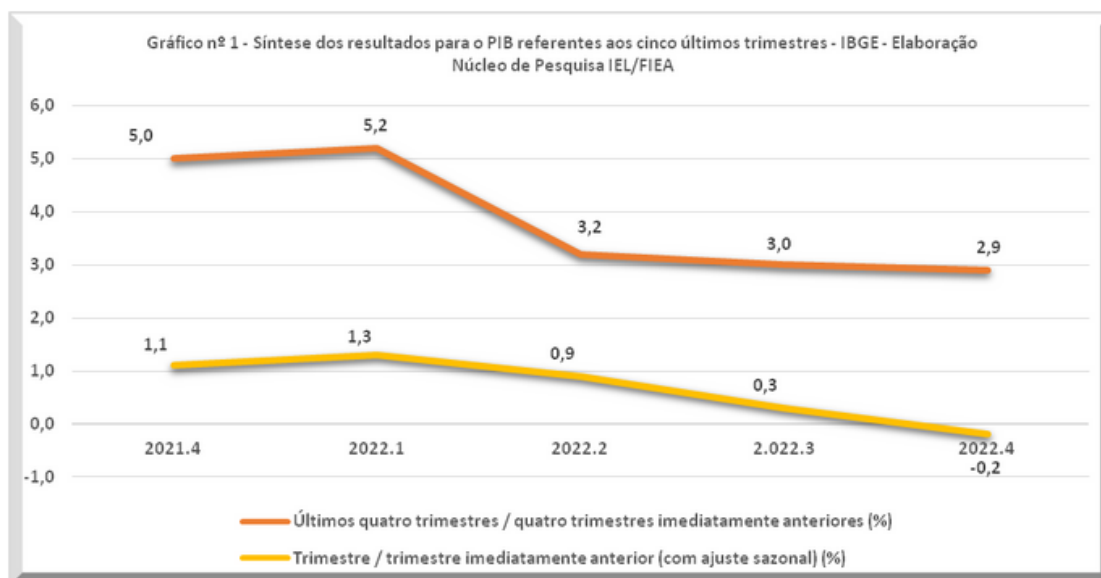
A economia brasileira em 2022

A economia brasileira em 2022 apresentou uma nítida dinâmica de desaceleração, como pode ser constatado nas taxas exibidas no gráfico nº 1. Ou seja, no final de 2021 o PIB estava crescendo a 5% no acumulado do ano e fechou 2022 a taxa de 2,9%. Estimativas recentes do FMI apontam crescimento no ano passado de 3,4% no PIB Mundial e de 3,9% para o conjunto de países emergentes e da América Latina. Na margem, trimestre contra trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, a taxa passou de 1,1% para -0,2%, no mesmo período.

Comportamento semelhante é registrado na evolução do PIB no acumulado do ano pela ótica da demanda, a exceção do consumo das famílias. No quarto trimestre de 2021, o consumo do governo, os investimentos, as exportações e importações estavam crescendo a taxas de 3,5%, 16,5%, 5,9% e 12%. No último trimestre de 2022 as taxas alcançadas, segundo o IBGE, foram de 1,5%, 0,9%, 5,5% e 0,8%, respectivamente. Não há dúvida quanto a perda de dinamismo da economia brasileira e o mais preocupante é que a maior desaceleração seu deu sobre a demanda de investimentos produtivos, que só não foi maior graças ao aumento de 6,1% na construção. Na direção contrária, como já assinalado, está o crescimento do consumo das famílias que passou 3,7% para 4,3% no período em análise, em função dos pacotes temporários de estímulos governamentais.

Do lado da oferta, 2022 também foi um ano de forte desaceleração das taxas de crescimento dos setores agropecuário e industrial e, em menor proporção, no caso de serviços. No tocante ao primeiro, as taxas acumuladas ao longo do ano foram de -0,7% no quarto trimestre de 2022 contra 0,3% em igual período de 2021. Já a indústria apresentou taxas de 1,6% contra 4,8% e o setor de serviços 4,2% contra 5,2%, respectivamente.

As principais explicações para a perda de dinamismo da economia brasileira estão nos contínuos aumentos da taxa selic para fazer frente à inflação e na redução dos gastos públicos primários. A taxa real básica (excluindo a inflação) administrada pelo Banco central saltou de -1% em janeiro de 2022 para 7,5% em dezembro. O efeito sobre o custo do dinheiro (crédito) para as famílias e empresas foi expressivo. No primeiro caso, ao longo de todo o ano as taxas médias de juros situaram-se próximas a 35% e no caso das pessoas jurídicas de 20%. A elevação dos juros se traduziu na manutenção de taxas altas de endividamento das famílias brasileiras em relação a renda acumulada nos últimos doze meses, em média de 50%. A combinação de juros altos com taxas de endividamento elevadas levou a inadimplência da carteira de crédito total das pessoas físicas pular de 3,21% em janeiro para 3,9% em dezembro de 2022. Do ponto de vista fiscal, as despesas do Governo Federal caíram -8,3% em termos reais (descontadas a inflação) em relação a 2021. A soma desses fatores explicam em larga medida a retração dos gastos do governo, investimentos e importações.



Banco Central mantém Selic em 13,75%aa

O IPCA no acumulado de doze meses registrou em fevereiro discreta redução de 5,6% contra 5,8% em janeiro. No tocante a inflação implícita estimada pela ANBIMA, para os próximos 252 dias, assim como em janeiro, manteve-se em 6,6%. Na métrica da mediana do mercado financeiro para a inflação esperada nos próximos doze meses, pesquisa FOCUS/BCB, apresentou redução mais pronunciada nas expectativas da inflação passando de 5,8 para 5,5%. Estes dados continuam a sinalizar resiliência da inflação à baixa.

Na Ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), o BCB sinaliza com a manutenção ou até possível aumento da selic em função dos seguintes fatores de riscos que impactariam positivamente a taxa de inflação: "(i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; (ii) a incerteza sobre o arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública; e (iii) uma desancoragem maior, ou mais duradoura, das expectativas de inflação para prazos mais longos".

No tocante a questão fiscal, o BCB pondera "que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal, uma vez que a primeira segue condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos (mas) destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos. Um aspecto a destacar é que taxa básica de juros elevada no tempo impacta diretamente no serviço e estoque da dívida interna e, conseqüentemente, em sua relação com o PIB. Deste modo, o risco de aumento da relação dívida/PIB depende da política monetária.

Quanto a influência da desancoragem das expectativas nos desvios da inflação em relação à meta, na recente publicação do Relatório de Inflação (RI) do BCB[1] foi estimada a decomposição da inflação em 2022. De acordo com o RI, da inflação de 5,79% registrada no ano passado, que ficou 2,29% acima da meta de 3,5% definida para aquele ano, a inércia teve a maior influência positiva, seguida dos demais fatores (principalmente bens industriais em função dos problemas logísticos e aos desequilíbrios entre oferta e demanda globais) e expectativas. Os fatores que impactaram para reduzir o desvio foram as medidas tributárias, envolvendo combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, as bandeiras tarifárias de energia elétrica e o hiato do produto (diferença entre o produto efetivo e o potencial).

É importante destacar aqui que desde 2016, quando o BCB adota a nova metodologia de estimativa dos fatores que explicam os desvios para mais ou menos da inflação em relação a meta, as expectativas, com exceção de 2016 que ficou em sexto lugar, tem ficado em terceiro lugar como fator explicativo seja de desvios positivos ou negativos do IPCA quando comparada à meta. Logo, pelos dados do próprio BCB, o peso das expectativas sobre o comportamento da inflação ao longo dos últimos anos deve ser relativizado.

[1] Relatório de Inflação – março de 2023 (bcb.gov.br)

No que se refere a maior persistência da inflação global como fator de risco para inflação doméstica dois fatores devem ser ressaltados. Primeiro, diferentemente de 2021 no qual a inflação importada teve o maior peso para explicar o desvio de 6,31% da meta (respondendo por 70%), em 2022 tal influência caiu para zero. Segundo o Brasil possui a maior taxa de juros básica real do mundo de 6,94% contra 0,36% dos EUA, -1,54% do Japão, -4,87% da Alemanha e 0,36% da China[1]. É pouco provável, a partir destes dados, que esse fator de risco justifique a manutenção da selic em patamar tão elevado.

Em síntese, a resiliência a queda da inflação está associada, primordialmente, a fatores pouco sensíveis à taxa de juros, como inércia inflacionária e choques de oferta e não a excesso de demanda, uma vez que o hiato produto tem afetado o desvio de inflação em direção à meta. Por estas razões, o BCB precisa iniciar o ciclo de baixa dos juros sob pena de colocar a economia na recessão além de dificultar a estabilização da relação dívida/PIB.

A produção industrial brasileira em janeiro de 2023

A indústria brasileira em janeiro de 2023 registrou queda de -0,3% na produção, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2022 a produção industrial cresceu 0,3%, revertendo parcialmente a retração de -1,3% observada em dezembro (na mesma métrica). De acordo com levantamento realizado pelo IEDI[1], depois de encerrar 2022 estagnada, “seja qual for a comparação analisada, indica que o quadro industrial do país não passou por progressos na virada do ano. O setor como um todo segue andando de lado, com sinais mais adversos em bens de capital, o que dá um indicativo ruim para os investimentos, notadamente, para aqueles realizados pela própria indústria, e em bens intermediários, que correspondem ao núcleo duro do sistema industrial, já que produzem insumos para o restante do setor.”

[1] IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,3	0,3	0,3	-0,2
Bens de capital	-4,2	-6,6	-6,6	-0,4
Bens Intermediários	-0,8	-1,7	-1,7	-0,6
Bens de consumo	0,1	5,8	5,8	0,6
Bens de consumo duráveis	-1,3	13,9	13,9	-0,3
Semiduráveis e não duráveis	0,1	4,6	4,5	1,0

INDICADORES DE DESEMPENHO

**PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS – FIEA**

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Consultora GI

Morgana Maria Machado Moura

Estagiários

Alexandre Freire de Albuquerque Alves

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)